

Saúde do Rio tem rombo de US\$ 30 milhões

■ Novo secretário estadual de Saúde encontra orçamento minguido por dívida milionária deixada pela administração anterior

MALU FERNANDES

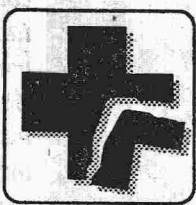
Com déficit mensal de US\$ 4 milhões (CR\$ 336 milhões)— os 26 hospitais do estado precisam de US\$ 6 milhões (CR\$ 504 milhões) e só recebem US\$ 2 milhões (CR\$ 168 milhões), através dos repasses do SUS— a saúde no Rio está no fundo do poço. Empossado há 30 dias, o secretário estadual de saúde, Astor de Melo, revelou a existência de um processo crônico de acumulação de dívidas que deixou um rombo de US\$ 30 milhões (CR\$ 2,5 bilhões), enquanto o orçamento anual previsto corresponde a somente US\$ 13 milhões (CR\$ 1,09 bilhões), em valores atuais.

Esta situação de descalabro, com denúncias de corrupção, superfaturamento de medicamentos e insumos, favorecimento de empresas e interesses políticos, levou três respeitáveis órgãos públicos à investigação das irregularidades: o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público estadual. “Os buracos são causados por fraude e por conta do peso da máquina administrativa”, diagnostica o ministro do TCU, Marcos Vileça.

Para ter idéia da verdadeira situação em que se encontra a casa, Astor de Melo está fazendo um levantamento de quanto se gasta em material de consumo e prestadores de serviço. Essa semana, em reunião com a comissão que traça o plano emergencial para saúde, o secretário declarou que seu antecessor, Luís Orlando Cadorna, chegou a passar “cheque sem empenho”.

Ao obter diariamente os saldos bancários, o diretor do Fundo Estadual de Saúde, Fernando Pessoa, lamentou na quarta-feira possuir apenas CR\$ 35 milhões em caixa, suficientes para quitar um quinto das dívidas de CR\$ 150 milhões com alimentação. Ele já sabe também que, só aos fornecedores, deve CR\$ 600 milhões. Numa atitude de transparência, Pessoa liberou para a reportagem do **JORNAL DO BRASIL** o extrato do Fundo deste ano, tão solicitado à Cadorna pelos deputados da comissão de saúde, desde que ele parou de enviá-lo, em setembro.

O extrato revela que firmas denunciadas por superfaturamento no ano passado continuam prestando serviços à secretaria. Alguns exemplos são a A.M.Y. Rio Comércio de Material Cirúrgico Ltda., que recebeu Cr\$ 11.200.800 bilhões antigos em 3 de junho, e a Barenboim Companhia Ltda., com fatura de Cr\$ 5.451.638.850 bilhões, pagos em 19 de janeiro, entre outras faturas de valores bem superiores à média dos pagamentos nos meses seguintes.



No ambulatório em que atende gratuitamente, Cadorna desafia críticos a verem seu IR

Cadorna atribui tudo à inveja

O ex-secretário estadual de Saúde Luís Orlando Cadorna afirma que fez uma boa gestão, reativando 850 leitos, reabrindo quatro maternidades e quatro CTIs na Zona Oeste. Ele atribui as acusações de irregularidades e superfaturamento a um único sentimento: inveja. “Tenho certeza de que esse problema é puramente político, por ter contrariado inúmeros interesses”, afirmou sexta-feira, no consultório onde atende gratuitamente à população, no Catumbi.

Para provar sua defesa, ele desafia os inimigos a conferir sua declaração do Imposto de Renda. “Sou rico apenas de espírito e de família”, ironiza Cadorna. Ele lembra que o déficit da Secretaria estadual de Saúde vem de três ou quatro mandatos anteriores e que o governo estadual não toca no dinheiro.

“É o governo federal que distribui. As secretarias são meras repassadoras de dinheiro”, acrescenta, negando haver possibilidade de priorizar algum hospital, porque a verba federal é proporcional à produção da unidade.

de. Segundo o ex-secretário, o dinheiro liberado pelo governo do estado não é repassado para o Fundo Estadual diretamente.

Ele ressaltou a importância da investigação dos tribunais de contas da União e do Estado e do Ministério Público porque quer ver os responsáveis punidos. Com o objetivo de apurar irregularidades, Cadorna formou uma comissão de sindicância. “Eles concluíram que não houve sindicância formal. Então, quem vou punir?”, questiona, recordando o processo que move contra o Sindicato dos Médicos que, segundo ele, “não existe, porque dos 48 mil médicos, apenas dois mil são sindicalizados e só 1,3 mil pagam as contribuições sindicais”.

Contrariando informações dos deputados da Comissão de Saúde, Cadorna assegura que encaminhará pessoalmente todos os documentos e notas fiscais solicitados pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa.

Diretores serão ouvidos

O Ministério Público Estadual irá ouvir, a partir de terça-feira, os diretores do Hospital de Bonsucesso e do Hospital Pedro Ernesto, que buscam os menores preços no mercado, para “comprovar a distorção e apontar o superfaturamento”, conforme assegurou o presidente do inquérito civil, José Augusto de Araújo Neto. O ex-secretário estadual de Saúde Luís Orlando Cadorna também será chamado a depor.

Segundo o procurador, poderão surgir processos capazes de dar início a ações penais e o relatório final deve estar pronto de um mês. Terão que comparecer à Procuradoria de Justiça do Estado os diretores dos hospitais Souza Aguiar, Miguel Couto, Rocha Maia, Salgado Filho, de Traumatologia-Ortopedia, dos Servidores do Estado, Getúlio Vargas, Rocha Faria, Pedro II, de Cardiologia de

Laranjeiras, Carlos Chagas e Teixeira Brandão (de Carmo).

Serão interrogados também os responsáveis pelas seguintes firmas prestadoras de serviço: Barenboim e Cia Ltda, Reprotec Comércio e Indústria, Walmar Produtos Hospitalares Ltda, Mac Comércio e Representação de Produtos Hospitalares, OC Distribuidora Ltda, Meditec, Eco-med, Maquimotor, Comércio Atacadista Glauber (de Sapucaia), Padaria e Merceria Azambuja (de Itaboraí).

Um outro inquérito, que diz respeito ao aumento de mortalidade nos hospitais, está nas mãos da Procuradoria de Justiça. Este índice subiu para 50% nos pacientes graves, quando foi fechado o CTI do Hospital de Infectologia de São Sebastião. No Carlos Chagas, calcula-se que a mortalidade tenha passado para 40%.

Sindicato levanta bens

O Sindicato dos Médicos vai pedir ao procurador-geral de Justiça do Estado, Antônio Carlos Biscaia, a quebra de sigilo bancário do ex-secretário de Saúde Luís Orlando Cadorna. “Queremos um estudo da variação patrimonial dele e de sua família”, disse Jorge Darze, secretário-geral do sindicato, certo de que houve enriquecimento ilícito no esquema de superfaturamento, consultas fantasmas e outras irregularidades.

O Sindicato coleciona cópias de documentos, como uma fatura de dezembro de 1992, da firma Centro de Hematologia Santa Catarina Ltda, onde quem autorizou o pagamento de uma fatura de Cr\$ 11 bilhões foi um agente de portaria, de sobrenome Moura e matrícula 3878821. Esta empresa

realizou 3.175 obturações dentárias de amálgama. “Isto equivale a 120 obturações diárias. A firma não tinha estrutura para atender tantos pacientes”, diz Darze. O diretor técnico e médico responsável da clínica era Adilson Gomes, ex-assessor de Cadorna.

Entre outros escândalos, Darze ressaltou compras realizadas pelo governo em outubro de 92. Enquanto o Hospital do Andaraí pagou Cr\$ 29.167,00 por um litro de hidróxido de alumínio, a Secretaria pagou 2.000% a mais: Cr\$ 586.376,00. Outra entre as inúmeras denúncias é a de que o Estado gastou Cr\$ 442.505.631,00 com a Refrigeração Polar Ltda pela manutenção preventiva dos aparelhos geradores de frio no laserj, que tem apenas 23 leitos em uso.